

Segurança interna na Argentina sofre processo de militarização

Fenômeno teve início nos anos Kirchner e foi aprofundado por Macri. Israel e EUA são protagonistas desse processo

Paul Hathazy

8 de outubro de 2019

DIVULGAÇÃO/PR ARGENTINA



O presidente Mauricio Macri autorizou por decreto os atores militares a intervirem em várias áreas consideradas de incumbência policial desde o retorno à democracia

A militarização da segurança interna é um processo multifacetado. Inclui desde o avanço das forças armadas sobre a jurisdição policial até o aumento do poder das forças policiais tradicionalmente militarizadas sobre outras menos militarizadas. E também o uso da retórica belicista para abordar questões do crime organizado, ou mesmo do crime comum.

Na Argentina, o retorno das forças armadas a algumas tarefas policiais, como o controle de fronteiras ou o tráfico ilegal de drogas, contradiz o consenso político da democracia, incorporado na Lei de Defesa, de 1988, e na de Segurança Interna, de 1992. Esse consenso começou a ser questionado na prática durante o segundo mandato de Cristina Fernandez Kirchner (2011-2015), do Partido Justicialista, e foi deixado de lado no governo de Mauricio Macri (2015-2019), que autorizou por decreto os atores militares a intervirem em várias áreas consideradas de incumbência policial desde o retorno à democracia.

O aumento das ações das forças militares no controle de fronteiras e do tráfico de drogas, desde 2015, não ocorreu da noite para o dia ou de modo natural. Responde aos interesses dos burocratas militares e policiais e às escolhas dos atores políticos. Desde a década de 1990, embora legalmente os militares só pudessem intervir ativamente na segurança interna de maneira excepcional (em ataques a unidades militares ou comoção interna) ou em apoio logístico em crises, os militares começaram a exigir autorização para participar da luta contra o tráfico ilegal de drogas e no controle de grandes manifestações.

Dada a proibição legal de intervenção militar em tarefas rotineiras e um consenso político consistente, os sucessivos governos nacionais desde os anos 90 reforçaram sistematicamente a Gendarmeria Nacional, uma força de segurança militarizada, levando a uma "militarização policial" inesperada. A Gendarmerie fornece segurança desde o final de 2011 à região metropolitana de Buenos Aires e, progresivamente, para outras províncias.

Paralelamente, em 2011 foi lançada a Operação Escudo Norte, encarregada de monitorar e controlar o espaço aéreo, terrestre e fluvial das províncias do centro e do norte da Argentina (Decreto 1091/2011). Isso inaugurou, na prática, o envolvimento militar de rotina na segurança interna da democracia, através de militares que operam radares. Em 2013, o Exército passou do apoio logístico para intervir operacionalmente, com a formação de unidades conjuntas de gendarmes e soldados.

Depois de assumir a presidência no final de 2015, em 2016, Macri declarou emergência em segurança interna. Conforme destacado pelo cientista político e especialista Marcelo Saín, entre 2014 e 2017, as regras de proteção aeroespacial de casos de "reuniões de cúpulas presidenciais" foram estendidas a "casos de abate de aeronaves que transportam drogas, pessoas ou mercadorias" e sem a necessidade de autorização judicial ou política.

A operação de controle de fronteira com participação militar também foi estendida, embora suas regras operacionais sejam secretas (Art. 7, Res.860/2018). Para a expansão operacional em 2018, o presidente Macri adicionou um novo regulamento (Decreto 683/18) que defende as operações externas e das Nações Unidas, juntamente com a Segurança Interna e em "Apoio à Comunidade Nacional". O decreto ainda ordena ajustar sua "formação doutrinária, planejamento e treinamento" e, não menos importante, a "previsão em aquisições de equipamentos" (art. 3).

O envolvimento dos militares na segurança interna é promovido pelos EUA, mas também inclui interesses político-econômicos. A indústria de "Defesa e Segurança" e o governo de Israel parecem desempenhar um papel central no processo. Se em 2017 o Ministério da Segurança havia adquirido sistemas de controle de fronteiras, em 2018, o avanço dos militares na segurança implicou, apesar da crise econômica, em milionárias compras de sistemas de drones sob controle militar, barcos-patrolha para a Marinha e software de defesa cibernética, também sob tutela militar.

Todo esse processo ocorre em um país que, como argumenta o Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, desde 1994 não sofre ataques terroristas fundamentalistas e que não é um "produtor significativo de drogas naturais ou exportador mundial de drogas sintéticas". Além disso, o avanço das forças armadas ocorre em um contexto marcado por casos graves de corrupção policial e pela ineficácia do sistema judicial argentino para investigar crimes complexos e controlar seus policiais ou, até mesmo, seus soldados.

[1] Hathazy, Paul (2016) "La (re)militarización policial en Argentina post-crisis. Dilemas 9, 1:67-101

[1] Sigo aquí a Marcelo Saín (2018) "¿Los militares como policías? Cambios en la seguridad en Argentina, 2013-2018 NUSO N° 278.

<https://www.cels.org.ar/web/2018/08/es-innecesario-y-peligroso-militarizar-la-seguridad-en-la-argentina/>

Paul Hathazy

Professor da Universidade de Córdoba (Argentina) e pesquisador do CONICET

